

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.055 - RJ (2019/0140580-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : MARCOS HENRIQUE PORTELLA DE LEMOS E OUTRO(S) - RJ059733
AGRAVADO : LILIAN REGO LOBATO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE TRIÊNIOS DECORRENTES DA TRANSFORMAÇÃO DE EMPREGO EM CARGO PÚBLICO. MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. LEI MUNICIPAL Nº 2.008/93 REGULAMENTADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 35.804/2012. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONDENANDO O RÉU AO PAGAMENTO DO VALOR DOS TRIÊNIOS DEVIDOS DESDE O INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 2008/1993, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APELO DE AMBAS AS PARTES. MANUTENÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, FIRMANDO O POSICIONAMENTO PELO ÓRGÃO ESPECIAL: 'OS SERVIDORES SUBSUMIDOS À LEI 2.008, DE 21 DE JULHO DE 1993, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, TÊM DIREITO AO PAGAMENTO DE TRIÊNIOS RETROATIVAMENTE À SUA VIGÊNCIA, RESPEITADO O PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS E RESSALVADAS PRESTAÇÕES POSTERIORES A TAL TÍTULO.' VINCULAÇÃO AO JULGADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS" (fl. 208e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 221/223e), os quais restaram parcialmente acolhidos, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TÊM A FINALIDADE DE

ESCLARECER OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO DO JULGADO E SUPRI-LO DE OMISSÃO, REQUISITOS CUJA PRESENÇA ENSEJA O PROVIMENTO DO RECURSO.

Existência de contradição apontada pela parte embargante em relação à ausência de vinculação ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência ainda não transitado em julgado. Contudo, em que pese a ausência de vinculação do referido julgado, comungo com o entendimento proferido no Incidente que reconheceu o direito ao pagamento de triênios retroativamente à sua vigência, respeitado o prazo prescricional de cinco anos, razão pela qual não merece reparo a sentença e nem o acórdão embargado. Parcial provimento aos embargos, somente para sanar a contradição com o esclarecimento exposto" (fl. 251e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 206, § 3º, e 884 do Código Civil e 1º do Decreto 20.910/32, sustentando o seguinte:

"Com efeito, o v. acórdão recorrido negou vigência à lei federal quando julgou procedente pedido que se encontra fulminado pelos efeitos da prescrição, haja vista que a lei invocada com lastro da pretensão aqui vindicada Lei Municipal 2008/93, remontando ao ano de 1993, portanto, há muito sepultada pela prescrição do fundo de direito, na exata medida em que o referenciado parâmetro legisferante nada mais representa do que um ato administrativo com roupagem de ato legislativo.

Ou seja, seria despidendo, para que fosse computada a prescrição do fundo de direito, que viesse a lume um ato administrativo formal de indeferimento da pretensão aqui agitada: tal ocorreu com a singela edição da norma jurídica e de seu eventual descumprimento a lei 2008/93 e não com o Decreto 35.804/2012.

Por sua vez, a aplicação da Lei nº. 2008/93 restou rechaçada pela aprovação pelo Prefeito, publicada no Diário Oficial do Município de 09.08.93, da orientação contida no Ofício da Procuradoria-Geral do Município PG/PPE/80/93, de 04.06.93.

A partir dessa data, começou a correr o prazo prescricional para o servidor interessado contestar, em juízo ou mesmo administrativamente, sua não efetivação e os critérios adotados no citado entendimento (inclusive o não cômputo de triênios imediatamente, na forma da Lei Municipal nº. 94/79), expirando-se em 09.08.1998 o direito correspondente, consoante disposto no

Decreto n.º. 20.910/32.

Partindo-se do incontestável fato de que a presente ação foi ajuizada em 2013, portanto, fora ultrapassado integralmente o prazo legal previsto no Decreto-lei 20.910/32, que disciplina a prescrição contra a Fazenda Pública Federal, Estadual e Local. Daí se conclui, sem maior labor intelectual, que a pretensão em vogal encontra-se ferida mortalmente pelo infamante espectro da prescrição, malgrado esse não tenha sido o entendimento professado pelo v. acórdão em discussão, que nesse particular vulnerou a lei federal.

Deveras, o r. *decisum* recorrido perfilhou o entendimento de que o ora recorrente teria apenas e tão somente em seu benefício a incidência da prescrição das parcelas que ultrapassem o quinquênio que se aplica na espécie dos autos, como o apregoadado pela súmula n.º 85 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Frise-se ainda que **a prescrição aqui aplicável seria, em tese subsidiária, a trienal, na esteira da jurisprudência hoje consolidada pelo Órgão máximo da exegese da Lei Federal, máxime o STJ, como se percebe com clareza solar no aresto ora transcrito:**

(...)

O acolhimento da pretensão autoral configura, seguramente, clara afronta ao art. 884 do Código Civil, que veda o enriquecimento sem causa, hipótese que se concretizará caso seja mantido o v. acórdão recorrido, pois a autora receberá vantagem pecuniária oriunda de direito prescrito ou decorrente de ato lícito da Administração, qual seja, o Decreto municipal n.º 35.804/12" (fls. 269/271e).

Por fim, requer o provimento do recurso "para que seja julgado improcedente o pedido inaugural, com inversão dos ônus da sucumbência" (fl. 271e).

Contrarrazões a fls. 274/289e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 293/295e), foi interposto o presente Agravo (fls. 305/310e).

Contraminuta a fls. 317/326e.

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, objetivando o "pagamento dos valores de triênio durante todo o período, desde o ingresso no Regime Jurídico Único, em 11/06/1993 até 30/06/2012, com juros e correção monetária, montante a ser apurado em liquidação de sentença" (fl. 15e).

Julgada procedente a demanda, recorreram ambas as partes, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

O acórdão atacado é do seguinte teor:

"Inicialmente, quanto à alegação de necessidade de suspensão do feito, não assiste razão ao apelante réu, uma vez que não houve no Incidente de Uniformização de Jurisprudência determinação de suspensão de julgamento dos processos semelhante.

Ademais, em consulta ao sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça verifico que já houve julgamento do referido Incidente de Jurisprudência nº 0011472-05.2014.8.19.0001, sendo decidido pelo Órgão Especial que **os servidores subsumidos à Lei 2.008, de 21 de julho de 1993, do Município do Rio de Janeiro, têm direito ao pagamento de triênios retroativamente à sua vigência, respeitado o prazo prescricional de cinco anos**, razão pela qual não merece reparo a sentença.

(...)

Dessa forma, diante do efeito vinculante do referido julgado, impõe-se a manutenção da sentença de piso que julgou conforme o posicionamento firmado por esta Corte de Justiça.

A fundamentação do aludido Acórdão abarcou todas as questões do processo em análise, é ver:

(...)

Nesse sentido é a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça, a exemplo da ementa abaixo colacionada:

(...)

Logo, a sentença deu correta solução à questão posta em juízo, em consonância com a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça, não merecendo qualquer modificação ou reforma" (fls. 209/213e).

Em julgamento integrativo, que acolheu parcialmente os Embargos Declaratórios, consignou-se, **in verbis**:

"A parte embargante alega que a decisão proferida no incidente de uniformização de jurisprudência não possui efeito vinculante por não ter transitado em julgado, diante da interposição de embargos de declaração pendentes de julgamento. Requer o provimento dos embargos para que seja sanada a omissão, atribuindo efeitos infringentes ao presente recurso.

Contrarrrazões aos embargos às fls. 246/247-000246, pelo não conhecimento do recurso.

Em verdade, assiste parcial razão à parte embargante apenas para prestar alguns esclarecimentos.

De fato, verifico em consulta ao sítio eletrônico deste Tribunal de

Justiça que ainda não houve o trânsito em julgado do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0011472-05.2014.8.19.0001, razão pela qual não existe no momento o efeito vinculante do referido julgado.

Contudo, comungo com o entendimento proferido no referido Incidente que reconheceu o direito ao pagamento de triênios retroativamente à sua vigência, respeitado o prazo prescricional de cinco anos, razão pela qual não merece reparo a sentença e nem o acórdão embargado" (fl. 252e)

Com efeito, quanto à alegada ofensa aos arts. 206, § 3º, e 884 do Código Civil e 1º do Decreto 20.910/32, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que as teses recursais vinculadas aos dispositivos tidos como violados não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamentos à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas

n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ademais, observa-se que a questão foi decidida pela Corte estadual mediante análise de legislação local, qual seja, a Lei Estadual 2.008/93. Assim, inviável a análise do ponto, ante o óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. CLASSIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO COMERCIAL. REGIME DE MÚLTIPLAS ECONOMIAS. DECRETOS N. 41.446/96 E 21.123/83 DO ESTADO DE SÃO PAULO. SÚMULA 280 DO STF.

1. A Corte de origem, ao decidir pela classificação do recorrente como titular de uma única economia, amparou-se na interpretação da legislação local que regulamenta a matéria, notadamente o Decreto estadual n. 21.123/83, revogado pelo Decreto estadual n. 41.446/1996.

2. A pretensão de revisar o acórdão estadual com o fito de classificar o imóvel como possuidor de múltiplas economias comerciais demanda a interpretação de direito local, o que é vedado em recurso especial, a teor do enunciado n. 280 da Súmula do STF. Agravo regimento improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.423.020/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

"AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO E COBRANÇA. ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MÚLTIPLAS ECONOMIAS. DECRETO ESTADUAL N. 21.123/83. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Relativamente à irresignação da Sabesp, extrai-se do acórdão recorrido que a questão pertinente ao "sistema de economias" como forma de cálculo da tarifa da água cobrada dos consumidores

comerciais foi decidida a partir da análise do Decreto Estadual n. 21.123/83 do Estado de São Paulo.

2. Conforme dito na decisão agravada, eventual violação da Lei Federal n. 6.528/78 seria reflexa, e não direta, porque o deslinde da controvérsia exigiria a interpretação do mencionado decreto estadual, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 280 do Excelso Pretório.

(...)

8. Agravos regimentais a que se negam provimento" (STJ, AgRg no AREsp 324.604/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/12/2013).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. PRÉDIO COMERCIAL. RECONHECIMENTO DO 'SISTEMA DE ECONOMIAS'. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. ANÁLISE DE LEI LOCAL EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

AUSÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS E SIMILITUDE.

1. A Corte de origem dirimiu o tema com base na interpretação do Decreto Estadual 41.446/1996, de modo a afastar a competência do Superior Tribunal de Justiça para o deslinde da questão. Aplicação da Súmula 280 do STF.

2. A competência para a análise de lei local em face de lei federal, após a Emenda Constitucional 45/2004 é do Supremo Tribunal Federal

3. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com indicação da similitude fática e jurídica entre os acórdãos.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 100.666/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/11/2013).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

